

VITIMIZAÇÃO EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: A CONFIGURAÇÃO DO FENÔMENO POR MEIO DE UM RECORTE ETNOGRÁFICO¹

*REIS, Helena dos Santos*²

Resumo: O objetivo deste estudo foi compreender de que forma o levantamento e a análise de dados sobre a vitimização podem contribuir para melhorar o entendimento dessa problemática social e para a elaboração de políticas em segurança pública, envolvendo não apenas ações de controle do crime e da violência, mas também de prevenção. Para tanto, foi feito um recorte etnográfico da população da cidade de São José do Rio Preto, no interior de São Paulo, selecionada uma amostra específica e aplicados questionários semiestruturados envolvendo situações de risco e atitudes de enfrentamento e prevenção, avaliando, ainda, as instituições que cumprem o papel de promover a segurança pública. As respostas foram caracterizadas conforme seu potencial para esclarecer o fenômeno investigado e submetidas a procedimentos estatísticos e de avaliação de conteúdo. Os resultados indicaram que há um grande percentual de delitos que não são levados ao conhecimento das autoridades policiais, compondo as “cifras ocultas”, com justificativas variadas para a subnotificação. Esses resultados poderão subsidiar a implementação de uma nova política pública no campo da segurança pública, novas estratégias organizacionais e aperfeiçoamento do planejamento operacional.

Palavras-chave: Vitimização. Subnotificação. Segurança Pública. Políticas Públicas.

Introdução³

As políticas de segurança pública no Brasil, a despeito do crescimento gradativo da violência e do crime, tradicionalmente priorizavam as respostas às

¹ Artigo extraído da Tese de doutoramento em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, de título “Levantamento de informações sobre a criminalidade por meio de pesquisas de vitimização: contribuições para uma nova política de segurança pública”, defendida em novembro de 2011, no Centro de Altos Estudos de Segurança da Polícia Militar do Estado de São Paulo, sob orientação da Doutora Sueli Andruccioli Felix.

² É doutoranda em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública. Possui especialização em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância (2010), mestrado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública (2009) e graduação em Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco (1992). Atualmente é Major de polícia - Comando do Policiamento do Interior-5. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública. E-mail: helenasr@policiamilitar.sp.gov.br.

³ Agradecimentos à Dra Viviane Galvão, especialista em Educação, pela colaboração na revisão deste texto.

crises, sobretudo no período compreendido ente 1983 até o início dos anos 2000 (SAPORI, 2007). Segundo o autor, faltava um diagnóstico da criminalidade baseado em dados e pesquisas capazes de direcionar as ações dos órgãos de segurança e que subsidiasse medidas proativas de prevenção criminal. Essa realidade começou a mudar no estado de São Paulo, no ano de 2001, quando a Secretaria de Segurança Pública (SSP), mediante estudo das formas de coleta de dados estatísticos realizado no âmbito policial, criou o Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas Criminais, através da Resolução SSP 160, de 08 de maio de 2001. O objetivo dessa mudança foi “racionalizar, unificar e aumentar a qualidade das estatísticas produzidas pelas unidades policiais e encaminhadas à administração superior da Secretaria da Segurança Pública” (KAHN, 2005, p. 3).

A Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) não se manteve alheia a essa nova concepção de planejamento de segurança pública. Sobretudo na área operacional, as ações gerenciais passaram a enfatizar o uso mais eficiente dos recursos existentes, os diagnósticos empíricos da criminalidade e o planejamento operacional, tudo em consonância com os ditames da Secretaria de Segurança Pública e com as tendências mundiais.

Nesse contexto, a Polícia Militar criou, em 2007, por meio da Diretriz nº PM2-001/91/07, o Plano de Policiamento Inteligente (PPI) que consiste na utilização de sistemas informatizados que permitem a organização digital de informações criminais em bases de dados, buscando identificar tendências e áreas críticas, em termos de criminalidade (SÃO PAULO, 2007). Os locais em que há maior incidência de crimes constituem as Áreas de Interesse de Segurança Pública (AISP), regiões selecionadas por terem características criminais semelhantes, sendo o ambiente de atuação das viaturas dos Programas de Policiamento, orientadas por meio do Cartão de Prioridade de Policiamento (CPP). O CPP é a representação gráfica ou descrição dos subsetores, com seus limites, indicação legendada dos vários itinerários designados para as patrulhas, horários de estacionamento, e orientações sobre as atividades a serem desenvolvidas (SÃO PAULO, 2006).

A inegável evolução no diagnóstico da criminalidade e na forma de planejar as ações da polícia paulista, introduzida pela sistematização da coleta de informações criminais, teve reflexos nas taxas de delitos detectadas no Estado nos últimos anos. O maior destaque ficou por conta da redução do número de homicídios reconhecida nacional e internacionalmente, inclusive no Estudo Global de Homicídios 2011 do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC – ONU, 2011).

No entanto, como bem observa KAHN (2005), para que um crime faça parte das estatísticas oficiais são necessárias três etapas sucessivas: o crime deve ser detectado, notificado às autoridades policiais e, por último, registrado no Boletim de Ocorrência (BO). Em todo o mundo sabe-se que, por motivos diversos, um grande percentual dos crimes jamais é notificado, portanto, não faz parte das estatísticas

oficiais.

Diante desse cenário, o problema que se vislumbra é que a análise criminal utilizada para o planejamento das políticas de segurança pública e para as decisões estratégicas e operacionais, no âmbito da Polícia Militar, considera apenas aqueles delitos notificados e registrados pelas polícias, metodologia que pode levar a uma avaliação inadequada da situação criminal. A quantificação do crime feita unicamente a partir das estatísticas policiais despreza informações importantes para o diagnóstico do fenômeno criminal, como as condições que levam à vitimização, as causas da subnotificação e os fatores que interferem na percepção da segurança pela população (medo da violência e do crime/ sensação de insegurança). A consequência mais visível desse problema é que a elaboração de políticas públicas levadas a efeito, no âmbito da segurança pública, tem sua eficácia parcialmente comprometida, especialmente no que tange às estratégias de prevenção da criminalidade, redução da vitimização e à distribuição de recursos e de efetivos.

A hipótese levantada refere-se à necessidade e viabilidade de utilização de pesquisa de vitimização como instrumento para um diagnóstico mais realista da criminalidade, uma vez que oferece uma resposta consolidada ao fenômeno da subnotificação criminal e suas causas, complementando o sistema de informações criminais hoje utilizado, o qual se baseia, quase que exclusivamente, nos registros (Boletins de Ocorrência) das organizações policiais. A integração de novas informações sobre a dinâmica criminal pode influenciar todo o processo decisório relacionado à gestão de segurança pública, como a alocação de recursos, a distribuição dos meios e o planejamento operacional. A pesquisa de vitimização pode, ainda, propiciar à polícia informações importantes para intervenção nos fatores que interferem na sensação de segurança e fornecer subsídios para a implantação de políticas públicas tendentes a diminuir a criminalidade e melhorar a confiança nas instituições do Sistema de Justiça Criminal.

O emprego de pesquisa de vitimização como subsídio para adoção de políticas públicas na área da segurança pública encontra suporte teórico na moderna Criminologia (GOMES e MOLINA, 2000; MAÍLLO, 2007) desenvolvida a partir de evidências empíricas produzidas por meio de pesquisas aplicadas nos âmbitos nacional e internacional.

A justificativa para o desenvolvimento da presente pesquisa é, portanto, a necessidade de um modelo mais abrangente de sistema de informações criminais, capaz de ampliar a capacidade de a polícia intervir nos fatores subjacentes ao crime, tornando mais eficazes as intervenções policiais de caráter preventivo. O tema encontra previsão entre os objetivos estratégicos traçados pelo Comando da Polícia Militar, principalmente no que tange à melhoria da sensação de segurança da população e ao controle da criminalidade. O problema levantado é relevante para a sociedade, sendo objeto de interesse da moderna Criminologia e das Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública.

O presente estudo, diante das questões anteriormente apresentadas, tem como objetivo geral avaliar o potencial das pesquisas de vitimização para o planejamento de políticas públicas de controle do crime e para complementar o diagnóstico da criminalidade, à medida que alcança as “cifras ocultas” (subnotificação criminal).

Os objetivos específicos, por sua vez, são conhecer os motivos que interferem nas taxas de subnotificação, conhecer os fatores que interferem na sensação de segurança e propor uma nova doutrina de diagnóstico criminal que utilize informações oriundas das pesquisas de vitimização, em complemento às estatísticas produzidas pelas organizações policiais.

O fenômeno vitimização

Vitimização é um fenômeno humano caracterizado por uma ação ou omissão que cause danos ao indivíduo (vítima), sejam de ordem material ou psicológica. Tal fenômeno pode ser identificado por meio dos registros efetuados pelas próprias vítimas juntos aos órgãos oficiais, ou por meio de levantamentos de dados junto à população, visando conhecer sua experiência com o crime, propensão a registrar queixa policial, atitudes com relação à polícia e à punição dos criminosos, estratégias de prevenção do crime e avaliação dos serviços prestados pelas forças policiais (BORGES, 2008).

Segundo ROLIM (2009), tais levantamentos surgiram nos Estados Unidos, na década de 60, como uma tentativa de estimar a quantidade de crimes sofridos pela população e não comunicada aos órgãos governamentais. A partir daí se expandiram para diversos países do mundo, sendo realizadas por governos ou por institutos independentes a intervalos variáveis, com amostras da população.

No Brasil, este tipo de levantamento não teve o mesmo desenvolvimento de países como Estados Unidos e Inglaterra. A maioria dos Estados brasileiros jamais realizou esse tipo de pesquisa e, naqueles em que ela aconteceu, as metodologias são variadas, produzindo resultados de difícil comparação. São exemplos desses trabalhos:

a) a pesquisa “Características de Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil” realizada nos anos de 1988 e 2009 (BRASIL, 2009) é um levantamento suplementar sobre vitimização, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentro da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). É a única pesquisa dessa natureza feita em âmbito nacional.

b) pesquisas realizadas pelo Centro de Estudo da Criminalidade e Segurança Pública (CRISP, 2006), em Belo Horizonte e região metropolitana, nos anos de 2002 e 2006, com cerca de 6000 entrevistas;

c) pesquisas realizadas pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER, 2006)

na cidade de São Paulo, nos anos de 2003 e 2006;

d) Pesquisa de Condições de Vida e de Vitimização, desenvolvida pelo Instituto de Segurança Pública (ISP, 2007), em 2006/2007, na região metropolitana do Rio de Janeiro;

e) Pesquisas de vitimização realizadas no município de Marília/SP (FELIX, 2001 e 2009), em 2001, 2004, 2008 e 2010, pelo Grupo de Pesquisas GUTO (Gestão Urbana de Trabalho Organizado), ligado ao Laboratório de Estudos da Violência e Segurança (LEVS), ambos da UNESP.

A partir das informações obtidas junto às vítimas de crimes, comparadas às estatísticas oficiais, é possível conhecer as taxas de subnotificação, que é a quantidade de crimes acontecidos e não relatados à polícia. Igualmente importante, tais informações possibilitam compreender os motivos da subnotificação, bem como os sentimentos e atitudes da população em relação à essa vivência e em relação aos órgãos encarregados do policiamento, investigação e aplicação da justiça criminal.

Ainda, este tipo de pesquisa permite coletar dados sobre a eficácia, impacto e receptividade das políticas de controle da criminalidade adotadas pelo Estado e pelas organizações que compõem o Sistema de Justiça Criminal, avaliar os serviços prestados, conhecer as expectativas dos usuários em relação à segurança pública e quais fatores interferem mais na percepção de segurança e na sensação de medo da população. Permite, também, conhecer as características das vítimas e dos criminosos, suas formas de atuação e a relação desses com as vítimas, as condições em que os delitos ocorreram, identificando fatores que propiciam ou facilitam a vitimização, grupos de risco em relação a cada delito, principalmente no que tange à vulnerabilidade e exposição.

Uma vantagem adicional é que tais pesquisas são versáteis, pois permitem que sejam agregados blocos de perguntas, visando colher informações necessárias dentro de determinado contexto social e para o atendimento de políticas públicas específicas, ou, ainda, avaliar o resultado de uma ação.

Nesse sentido, pesquisas desta natureza não devem ser vistas como uma forma de substituir as estatísticas oficiais sendo, na verdade, uma fonte alternativa de dados, uma vez que as informações coletadas não provêm dos sistemas oficiais: polícia, justiça e administração penitenciária.

Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo é de natureza qualitativa, envolve recorte etnográfico e descreve o fenômeno ‘vitimização’ em uma amostra da população da cidade de São José do Rio Preto, interior do estado de São Paulo. Visa compreender aspectos que influenciam o registro de ocorrências, a confiança nas

agências policiais e a sensação de segurança. A pesquisa qualitativa foi eleita uma vez que permite compreender as condições em que ocorre a vitimização, e de que forma diversos fatores logicamente articulados concorrem para a configuração de uma dada realidade.

A cidade de São José do Rio Preto, por sua vez, foi escolhida em razão de ainda não ter sido objeto de estudos como este, de não haver sido aplicada nenhuma pesquisa de vitimização neste município, sendo o fenômeno, portanto, desconhecido, ao contrário da capital, onde tais pesquisas já existem, ainda que esporádicas. A cidade está localizada na região noroeste do estado de São Paulo, a 450 quilômetros da capital e é sede de região administrativa, com população de aproximadamente 410.000 habitantes, segundo senso IBGE 2010 (BRASIL, 2010). Sob o enfoque criminal Rio Preto é uma cidade com poucos crimes violentos, prevalecendo os crimes contra o patrimônio (furto, roubo, furto e roubo de veículos).

O instrumento utilizado na pesquisa foi entrevista semiestruturada, direcionada por questionário, que combina questões abertas e fechadas previamente definidas a fim de se obter uma padronização.

O questionário foi desenvolvido a partir do modelo utilizado na pesquisa de vitimização realizada na cidade de Marília, no estado de São Paulo, sendo agregados alguns blocos de questões baseados no questionário desenvolvido pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), do Rio de Janeiro, o qual, por sua vez, baseou-se na metodologia da pesquisa de vitimização utilizada pelo United Nations International Crime and Justice Research Institute⁴ (UNICRI). Foi composto por trinta e quatro perguntas divididas em cinco blocos: vitimização, notificação do crime sofrido, sentimento de insegurança, atuação da polícia militar e dados pessoais (perfil sociodemográfico).

Esse instrumento de pesquisa envolveu perguntas divididas equitativamente entre homens e mulheres, para maior abrangência da percepção de segurança, segundo o gênero, e foi submetido ao Comitê de Ética do Centro de Altos Estudos de Segurança “Cel Nelson Freire Terra” (CAES), sendo aprovado para efetiva aplicação junto à população, por meio do Protocolo de Pesquisa FR-428270.

Para seleção da amostra não probabilística foram adotados três filtros: pessoas na faixa etária acima de 16 anos, vítimas de algum crime e crimes acontecidos nos últimos cinco anos. Essa faixa etária foi escolhida levando-se em consideração que tais sujeitos apresentam capacidade para responder a perguntas sobre este assunto e também considerando que a partir dessa idade aumenta a exposição ao risco da população jovem, em razão das atividades sociais

⁴ Este instituto é uma entidade das Nações Unidas criada em 1968 para auxiliar governos e organizações não governamentais em todo o mundo a formular e implementar políticas públicas de prevenção do crime e melhoria do sistema de justiça criminal. A metodologia do UNICRI vem sendo adotada como parâmetro para várias pesquisas nacionais e internacionais. Informação disponível em: <<http://www.unicri.it>>. Acesso em: 25 set. 2011.

independentes e do ingresso no mercado de trabalho.

As entrevistas foram direcionadas somente a vítimas de crime em razão da quantidade reduzida de pesquisas aplicadas, visando melhor aproveitamento, baseado na premissa de que a maior parte da população de São José do Rio Preto não ter sido vítima de qualquer crime nos últimos cinco anos. O recorte temporal foi estabelecido considerando a grande probabilidade de esquecimento dos crimes mais antigos e a mudança na percepção de segurança que pode ter havido nesse período.

Inicialmente, foi feita uma abordagem direta dos entrevistados, de forma aleatória, e os voluntários que preencheram os requisitos (filtros), após a entrevista, foram solicitados a indicar outras pessoas que, por sua vez, fizeram novas indicações e assim sucessivamente, metodologia conhecida como referência em cadeia ou "bola de neve" (BIERNACKI e WALDORF, 1981). O ponto de saturação teórica da amostra (GLASER e STRAUSS, 1967) foi definido por avaliação da pesquisadora, tomando por base as questões abertas do questionário (perguntas 17 e 28), ou seja, quando o número de repetições de uma determinada resposta se tornou frequente o suficiente para dispensar novas entrevistas. Como declarado na introdução deste trabalho, ao se entrevistar apenas vítimas indicadas por outras vítimas, reduzindo o universo de pesquisa, as respostas tendem a ser mais qualificadas por envolverem a percepção de quem já sofreu um crime. Portanto, deixa-se de trabalhar com hipóteses, evitam-se declarações falsas de vitimização, um risco de pesquisas de opinião que abordam uma quantidade muito grande de pessoas para atingir um pequeno número de vítimas, trabalhando com desvios estatísticos.

O questionário foi aplicado no mês de agosto de 2011, entre os dias 01 e 09 e as entrevistas foram realizadas pela própria autora deste estudo, com o apoio de seis alunos do Curso Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública, em desenvolvimento no Comando de Policiamento do Interior – 5 (CPI-5). Os integrantes da equipe foram previamente orientados a se apresentarem como pesquisadores e não como policiais militares e portaram trajes civis, de forma a não induzir as respostas ou intimidar os entrevistados. Os entrevistados receberam todas as orientações quanto aos objetivos e benefícios da pesquisa, de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Parte das entrevistas foi realizada na área comercial central de São José do Rio Preto, conhecida como “Calçadão” e em um Shopping Center da cidade, buscando abordar pessoas de diferentes classes sociais e faixas etárias. Outras entrevistas aconteceram em locais diversos, conforme indicação dos primeiros entrevistados (referência em cadeia).

Foram entrevistadas 51 pessoas, das quais 25 (49%) homens e 26 (51%) mulheres, representativas de diferentes faixas etárias, a partir de 16 anos de idade, de diferentes classes sociais e níveis de escolaridade.

Análise dos dados e resultados

As entrevistas realizadas foram identificadas por um número sequencial e agrupadas, num primeiro momento, segundo o sexo e a notificação do crime à polícia. Após a tabulação completa, os dados referentes às questões fechadas foram analisados por procedimentos estatísticos, enquanto as questões abertas foram submetidas à análise de conteúdo. Procedeu-se à categorização das informações e tratamento dos resultados por meio de operações simples, entretanto, destacando-se as informações obtidas e as frequências absolutas e relativas. A partir desse ponto foram feitas inferências e interpretações em relação ao tema investigado.

Quanto ao fenômeno vitimização

A análise dos dados permite afirmar que os crimes contra o patrimônio prevaleceram na pesquisa, tanto na modalidade tentada como consumada. Entre os 51 entrevistados, 29% revelaram ter sido vítimas de furto, delito de maior incidência, seguido de roubo em local público, com 21% de vítimas. As tentativas de furto incidiram sobre 10% das respostas dos entrevistados, mesmo índice de tentativa de roubo. Roubo a residência (8%) e furto de veículo (6%) completaram a relação dos crimes contra o patrimônio que vitimaram, no total, 88% dos entrevistados, o que vem ao encontro da teoria da motivação econômica do crime.

O maior número de respondentes que se consideraram vítimas foi encontrado entre a faixa etária dos 20 aos 39 anos (51%) e dos 40 aos 59 anos (29,4%). Quanto à escolaridade 23,5% afirmaram possuir ensino médio completo, sendo que 19,6% declararam renda familiar entre 05 a 10 salários mínimos. Quanto ao tempo de residência, o maior número de vítimas declaradas foi encontrado entre as pessoas que afirmaram residir entre 6 a 10 anos (25,5%) e 10 a 20 anos (21,6%) no mesmo bairro, inferindo-se que este indicador tem pouca influência em relação à possibilidade de vitimização.

Notificação do crime à polícia

Quanto a esta categoria de análise, mais da metade (55%) das vítimas alegaram ter notificado o crime à polícia, contra 45%, que não registraram boletim de ocorrência. Entre as mulheres, a taxa de notificação foi maior (57%) que entre os homens (43%). Todos os delitos envolvendo veículos (furto e roubo) foram registrados, situação inversa das tentativas de furto e ameaça de agressão física, que não foram notificadas. Os furtos consumados tiveram 60% de registros.

A situação não difere muito quando se trata de crimes violentos: 64% dos que afirmaram ter sido vítimas de roubo em local público, disseram também ter registrado a ocorrência. Quanto às tentativas de roubo, apenas 20% alegaram ter

registrado esse tipo de ocorrência.

Quanto às razões alegadas para o registro do crime ou agressão sofrida, após cada entrevistado ter sido estimulado a apontar três principais razões, a análise dos dados mostrou o que segue:

- Entre os principais motivos para denunciar estão recuperar o bem (25%) e o desejo de ver o culpado preso ou punido (22%).
- O dever de denunciar foi a justificativa para 17% dos entrevistados notificarem a polícia, enquanto que 14% o fizeram visando impedir que o crime acontecesse novamente;
- 10% dos entrevistados alegaram que não conseguiram resolver a situação por conta própria e por isso solicitaram a polícia,
- 7% argumentaram terem sido bem tratados em outras ocasiões.
- Três pessoas (4%) alegaram necessitar do boletim de ocorrência para acionar o seguro, número que coincide com a quantidade de veículos furtados.
- A Polícia Militar foi acionada por 64% das pessoas, enquanto 32% recorreram à Polícia Civil.
- Entre as mulheres a Polícia Militar foi mais requisitada (78%) do que entre os homens (22%).
- Quanto à satisfação com o atendimento prestado pelo policial, 61% dos entrevistados declararam-se satisfeitos, contra 39% não satisfeitos.
- Dentre os satisfeitos, em 47% dos casos, os assaltantes ou agressores foram identificados ou presos pela polícia. Já em relação aos entrevistados insatisfeitos em 100% dos casos não houve identificação ou prisão do assaltante/agressor.

Diante deste resultado infere-se que a avaliação do trabalho da Instituição é fortemente influenciada pela sua capacidade de solucionar os crimes, mas há muitos casos em que a boa prestação de serviços angariou opiniões favoráveis, ainda que o delito não tenha sido solucionado.

Quanto à subnotificação, para 37% das vítimas o fato não foi suficientemente importante, 26% dos entrevistados alegaram que não acreditam que a polícia resolveria o caso e 18% alegaram que conseguiram resolver o problema sem a ajuda da polícia. Apenas 7% deixaram de registrar os fatos em razão de conhecer o autor do delito.

Sentimento de insegurança

Os resultados desta categoria de análise mostraram um forte sentimento de insegurança entre os entrevistados, o que pode ser justificado pelo fato de todos eles

terem sido vítimas de crimes nos cinco anos que antecederam este estudo.

Entre os entrevistados, 61% declararam ter medo de circular pelo bairro ao anoitecer, sendo que a sensação de insegurança é maior entre as mulheres, das quais 81% admitiram esse sentimento. Entre os homens o índice foi de 40%.

Por outro lado, 86% deles declararam que evitam sair de casa portando objetos de valor, enquanto 72% evitam locais desertos ou com pouca circulação de pessoas e 65% evitam conversar com pessoas estranhas.

Quanto à visão das vítimas em relação às características de um local perigoso foi possível identificar dois núcleos temáticos principais que conduziram as discussões. Em linhas gerais os entrevistados relacionaram o perigo a algum fator geográfico/ espacial, como falta de iluminação, ou às características dos frequentadores, como usuários de drogas ou aos dois fatores conjuntamente.

a) Características espaciais: Na visão dos entrevistados que se referiram a alguma característica espacial que torna o local perigoso (74%), o maior fator de risco foi a falta de iluminação. Características como abandono e falta de circulação de pessoas também foram muitos mencionadas. Alguns bairros foram citados nominalmente, a exemplo do Centro, área tradicionalmente deserta no período noturno.

Essa percepção de insegurança remete à análise ecológica do crime feita por FELIX (2002) sobre a influência da falta de controle social, formal ou informal, propiciada pelo isolamento típico das ruas mal iluminadas e com pouca circulação de pessoas, onde os ofensores estariam livres para comportamentos criminosos ou antissociais. A mesma pesquisadora notou, seguindo a teoria urbanística de Jane Jacobs (2000), que os bairros com funções diversificadas (comercial, residencial, com lazer noturno etc.) se mantêm com maior vigilância e, portanto, com menos ocorrências criminais.

Para parte dos entrevistados o perigo está relacionado ao índice de criminalidade do local, sendo que o crime mais lembrado foi o roubo. A falta de policiamento também foi mencionada como fator de risco, estando sempre associada às falas de pessoas que destacaram a falta de iluminação e o abandono do local. Curiosamente as pessoas parecem relacionar a solução e a melhoria dos locais à vigilância formal, feita pela polícia, e não à revitalização do espaço (colocação de iluminação, limpeza etc) pelo poder público. Foram também mencionados como locais perigosos, bairros mais pobres, resultantes de programas habitacionais ou projetos de desfavelamento do governo municipal, trazendo à tona o debate sobre a correlação entre pobreza e criminalidade, rechaçada na literatura sobre o tema, mas ainda muito presente nas falas populares.

b) características dos frequentadores do local: a presença de traficantes e usuários de drogas foi o fator mais citado pelos entrevistados que consideram que o perigo está relacionado à presença de determinadas pessoas ou grupos em um espaço (26%). Lugares frequentados ou ocupados por pessoas

estranhas, moradores de rua, criminosos, prostitutas, “maloqueiros” e grupos de adolescente também foram considerados perigosos pelos entrevistados. Esses grupos sociais normalmente constituídos por pessoas marginalizadas, ainda que sejam considerados ameaçadores pela sociedade, constituem ao mesmo tempo um grupo altamente suscetível à vitimização, por reunirem fatores de risco e vulnerabilidades. A inclusão de adolescentes entre tais grupos sociais remete a vários estudos sobre a delinquência juvenil, em que o perfil do criminoso na atualidade associa-se a fatores como sexo (homens) e idade (jovens). Por outro lado o jovem está também entre os grupos sociais de maior vulnerabilidade, o que os coloca simultaneamente entre os maiores ofensores e os mais vitimados, principalmente por crimes violentos (FELIX, 2002).

Dentre os crimes mais temidos pelos entrevistados (percepção de risco) destacaram-se a possibilidade de ter a residência roubada (69%), o carro roubado (69%) e ser roubado na rua (61%). O medo de ser vítima de agressão sexual, como já era esperado, foi maior entre as mulheres (29%).

A sensação de insegurança refletiu-se no número de pessoas que declarou ter investido em medidas de segurança para a residência. Entre os entrevistados 31% alegaram ter adquirido algum tipo de dispositivo de segurança, sendo que os mais citados foram alarme (31%) e cães de guarda (25%).

Atuação da Polícia Militar

Quanto à avaliação do grau de conhecimento, confiança e os sentimentos que a Polícia Militar inspira nos entrevistados, os resultados mostraram o seguinte:

- Em relação à frequência do policiamento no bairro, 37% dos entrevistados responderam ser regular, sendo que este índice é o mesmo daqueles que o consideraram raro.
- Dentre os entrevistados que necessitaram chamar a polícia para algum atendimento, 62% alegaram ter sido atendidos com educação e respeito e 48% atendidos prontamente.
- Em relação aos sentimentos que a Polícia Militar desperta nos entrevistados, destacou-se o sentimento de respeito, declarado por 49% deles e o de confiança, 35%. Mas, 27% alegaram desconfiar da polícia e 8% terem medo dela.
- Questionados sobre a igualdade no tratamento dispensado pela PM à população, a grande maioria (70%) declarou que a PM não trata todas as pessoas da mesma forma. A principal justificativa apresentada foi a diferenciação por classe social, citada por dezenove pessoas (53%).

Demais categorias de análise

Visando saber o que a população considera importante, por parte da polícia, para melhorar o serviço prestado, foi elaborada uma questão aberta cujas respostas puderam ser agrupadas em dois núcleos temáticos: melhoria da infraestrutura/aumento do policiamento e ações policiais específicas.

a) Melhoria da infraestrutura e aumento do policiamento: a grande maioria dos entrevistados (74%) considerou importante o investimento em infraestrutura para que a polícia tenha melhor atuação e preste melhores serviços à população. Os fatores mais citados, nesse caso, foram aumento do número de policiais e de viaturas e aumento do policiamento, com pequenas variações entre aqueles que sugeriram mais rondas, maior presença e mais bases ou postos policiais. A questão da melhoria do salário dos policiais também foi lembrada por alguns entrevistados.

b) Ações policiais específicas: entre as ações policiais julgadas importantes para melhoria dos serviços prestados destacou-se o combate ao uso e ao tráfico de drogas, com variações entre prender traficantes, fiscalizar usuários e acabar com os pontos de vendas. Ações como prender mais bandidos e fazer policiamento comunitário também foram levantadas pelos entrevistados.

Depreende-se das respostas a essa questão que o tráfico e o consumo de drogas são vistos como problemas centrais que afetam a segurança pública e está entre os fatores que mais provocam insegurança nas pessoas, mesmo entre as vítimas de crimes diversos, como foi o caso dos entrevistados na presente pesquisa. Infere-se que, na visão dessas pessoas, há uma correlação muito estreita entre a venda e o consumo de entorpecentes e o cometimento de outros crimes, sejam eles contra o patrimônio ou agressões físicas.

Por outro lado, parece que ainda vigora no imaginário popular a crença de que mais viaturas e policiais significa mais segurança, o que pode incentivar medidas demagógicas no cenário político, como grandes entregas de viaturas e contingentes de novos policiais.

Discussão

Os resultados desta pesquisa confirmaram levantamentos anteriores que mostraram relação entre a maioria das categorias de análise, uma delas a subnotificação criminal, que se mostrou relacionada com a banalização de alguns delitos, principalmente os que envolvem bens de pequeno valor econômico e ofensas de menor gravidade.

A pesquisa realizada no ano de 2003 pelo Instituto Futuro Brasil/ INSPER detectou que 65% dos crimes acontecidos em São Paulo, nos cinco anos anteriores, não foram notificados à polícia, índice que variou em função do delito. Furto e roubo de veículos tiveram subnotificação de 8% mas, em compensação, 55% dos roubos e 79% das agressões físicas não foram registrados.

Neste estudo, os resultados mostraram que crime de furto e roubo de veículos não tiveram subnotificação, ao passo que não foram denunciados 40% dos roubos (em local público, residência e tentativa de roubo) e 75% das agressões (lesão corporal e ameaça de agressão).

Outro aspecto que apresentou tendências de comportamentos semelhantes em outras pesquisas envolvendo cidades tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Marília, e que levam à subnotificação, refere-se à falta de credibilidade nas instituições (polícia e justiça) em solucionar o crime e punir seus autores, motivos alegados por 30% dos entrevistados na atual pesquisa.

A percepção do risco, o medo do crime e da violência também se mostraram aspectos importantes, determinantes de mudanças no comportamento das pessoas. Pesquisas realizadas em Belo Horizonte indicaram que 49% dos entrevistados tinham medo de circular sozinho à noite no seu bairro ou vizinhança. No Rio de Janeiro 37,6% declararam-se muito inseguros.

Neste estudo, este índice foi de 61% e, ressaltando o fato de que todos os entrevistados foram vítimas de crimes, ao contrário dos entrevistados nas demais pesquisas, pode-se inferir que este tipo de vivência é determinante do sentimento de insegurança.

Neste estudo, ter sido vítima de crime contra o patrimônio está entre os principais temores dos entrevistados, o que é compatível com o fato deste ser o delito de maior incidência.

Já quando se trata de questões relativas à confiança na polícia há divergências notáveis entre as pesquisas. No Rio de Janeiro, por exemplo, a pesquisa aplicada pelo ISP mostrou que 56,1% dos entrevistados não confiavam na polícia enquanto que em São José do Rio Preto o índice foi de 27%. Em Marília esse percentual foi menor ainda, sendo que apenas 12% das pessoas desconfiavam da Instituição.

Dessa forma, verifica-se que a pesquisa realizada na cidade de São José do Rio Preto, apesar de não contar com uma ampla aplicação de questionários e desvios padrões, e de apresentar outras significativas diferenças metodológicas, teve os resultados apurados corroborados com os de pesquisas mais abrangentes que envolveram mais de mil pessoas, mostrando-se, portanto, eficiente e válida.

Relevância e implicações sociais da pesquisa

Os resultados deste estudo e de pesquisas da mesma natureza fornecem uma ampla gama de informações que vão além do levantamento da criminalidade subnotificada.

A comparação entre estatísticas oficiais e crimes subnotificados poderá, inicialmente, trazer um impacto negativo, com o aparente crescimento dos índices criminais em algumas regiões e municípios. Contudo, vislumbra-se o conhecimento de uma realidade ainda pouco estudada, que poderá criar um ciclo virtuoso em que o poder público, adotando políticas e medidas preventivas, partindo do patamar real de delitos, direcione melhor os recursos e torne-se mais eficiente, sobretudo angariando mais confiança da população que, por sua vez, passará a denunciar mais os crimes, e assim sucessivamente.

No âmbito da Polícia Militar a adequada mensuração dos índices criminais poderá trazer também reflexos significativos, como alterar o cálculo do efetivo territorial feito com base no “critério de distribuição do efetivo por índice de criminalidade” (SÃO PAULO, 2003). Esse critério, conforme previsto no artigo 42

das Instruções para a Distribuição e Completamento do Efetivo Policial Militar Territorial (I-28-PM), considera o somatório dos delitos de homicídio doloso e o somatório dos delitos de roubo, em todas as suas formas, qualquer que seja o objeto. Pegue-se, como exemplo, a região de um Batalhão em que 55% dos crimes de roubo foram subnotificados, índice apurado pelo IFB/INSPER na capital. Graças a esse cálculo inadequado da criminalidade, referido Batalhão não possui viaturas e efetivo de Força Tática, correção que poderá ser feita a partir da comparação entre os dados oficiais e as pesquisas de vitimização.

Na área operacional, as informações coletadas podem ampliar a análise criminal feita pelo Comandante de Companhia para o Plano de Policiamento Inteligente (PPI), orientar ou redirecionar o policiamento para áreas que, na visão da população, tornaram-se perigosas, em razão da presença de usuários de drogas, atuação de vândalos ou ocorrências de pequenos furtos, fatos que na maioria das vezes não são notificados.

Pelo que se expõem, as implicações de estudos como este são muitas para a sociedade em geral, para as políticas públicas de segurança e, particularmente, para a Polícia Militar na sua função ostensiva. Tais estudos oferecem uma boa relação de custo/benefício para o Estado, com resultados de médio e longo prazo a serem incorporados nos Planos Plurianuais de Governo e nos Planejamento Estratégico e Operacional das polícias.

As contribuições do presente trabalho são também de ordem doutrinária, pois apontam um nova maneira de investigar fatores envolvidos com a segurança pública, até o momento desconsiderados, que sendo levados em conta permitem um novo raciocínio na elaboração de políticas públicas, para prevenção da criminalidade.

Contudo, é importante esclarecer que esta perspectiva de investigação é importante, mas isoladamente não é suficiente para as decisões estratégicas, operacionais ou de aferição da eficiência das ações e iniciativas da polícia.

Considerações finais

Ao longo de todo este trabalho e diante da problemática levantada buscou-se demonstrar como as pesquisas de vitimização podem contribuir para melhorar o

diagnóstico da criminalidade, complementando as estatísticas oficiais uma vez que oferecem uma resposta consolidada ao fenômeno da subnotificação criminal, ponto de partida para uma prevenção eficiente e duradoura, hipótese sustentada desde o início.

Foram apresentadas as diversas possibilidades destes levantamentos que podem contribuir para: subsidiar políticas de segurança pública; melhorar as prevenções primária e secundária, diminuindo a vitimização; atuar nos fatores que podem minimizar a sensação de medo e insegurança nas pessoas e mensurar a eficácia das políticas públicas e das ações de polícia.

Principalmente na última década houve uma grande evolução em termos de gestão de polícia no estado de São Paulo, a qual resultou na estruturação de um Sistema de Informações Criminais mais eficiente, tanto para a padronização da coleta de dados estatísticos, quanto para a informatização dos bancos de dados e disseminação do uso de informações no planejamento das atividades de polícia. Porém, esse reconhecimento não inibe a constatação de que o referido sistema pode ser aperfeiçoado, mediante a agregação de outras fontes de informações, tanto aquelas produzidas dentro do Sistema de Justiça Criminal, pelos demais órgãos (resultados das investigações criminais, presos reincidentes, por exemplo) como aquelas oriundas de fontes externas, como das pesquisas de vitimização.

Na sociedade atual, o desafio vai além de aperfeiçoar o modelo de planejamento de polícia existente. É desenvolver novos paradigmas de prevenção criminal focado na redução da vitimização, modo pelo qual será possível superar a tradição de combater o crime por meio de um modelo reativo de policiamento.

Ouvir as vítimas dos delitos é tão somente uma forma de complementar o conhecimento sobre o universo da criminalidade, de propiciar ao Estado e às suas organizações novos subsídios para a readequação de instrumentos necessários a uma melhor intervenção, diante de demandas de quebra da ordem pública que surgem diariamente.

Referências bibliográficas:

BIERNACKI, Patrick e WALDORF, Dan. **Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. Sociological methods and research.**

Califórnia, 1981.

BORGES, Doriam. **Coletando e extraindo informações dos bancos de dados criminais: a lógica das estatísticas das organizações policiais.** In: RIO DE JANEIRO (Estado). Instituto de Segurança Pública. A análise criminal e o planejamento operacional. Série Análise criminal. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php>. Acesso em: 17 out. 2010.

Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública. **Pesquisa de Vitimização na Região Metropolitana de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

FELIX, Sueli Andruccioli. **A Geografia do Crime: interdisciplinaridade e relevâncias.** Marília: UNESP/Publicações, 2002.

_____. **Vitimização: um estudo do perfil e do comportamento das vítimas de Marília.** Relatório Pesquisa, n. 1, UNESP – FAPESP, Marília, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.guto.marilia.unesp.br/pesquisas/vitimizacao01/pesquisavitimizacao2001.htm>>. Acesso em 21 mar. 2011.

_____. **Vitimização em Marília/SP: medo e percepções de Insegurança.** Perspectivas, São Paulo, v. 36, p. 155-173, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2750/2488>. Acesso em: 20 ago. 2011.

GLASER, Barney, STRAUSS, Anselm. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research.** New York: Aldine de Gruyter, 1967.

GOMES, Luiz Flávio e MOLINA, Antonio Garcia-Pablos. **Criminologia.** 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

Instituto de Ensino e Pesquisa. Centro de Políticas Públicas. **Relatório da Pesquisa de Vitimização em São Paulo.** São Paulo: INSPER, 2009.

Instituto de Segurança Pública. **Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização – relatório final 2007.** Rio de Janeiro: ISP, 2007.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes,

2000.

KAHN, Túlio. **Estatística de Criminalidade-Manual de Interpretação**. São Paulo, 2005.

MAÍLLO, Alfonso Serrano. **Introdução à Criminologia**. 1. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

Organização das Nações Unidas. **Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Estudo Global de Homicídios**, 2011. Disponível em:

<<http://www.onu.org.br/pela-primeira-vez-unodc-lanca-estudo-global-de-homicidios/>>. Acesso em: 08 out. 2011.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução 160, de 08 de maio de 2001. Cria o Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas Criminais**. São Paulo, 2001.

_____. Polícia Militar do Estado de São Paulo. **Instruções para a distribuição e o completamento do efetivo policial militar territorial – I-28-PM**. São Paulo, 2003.

_____. **Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Diretriz nº PM3-008/02/06 - Normas para o Sistema Operacional de Policiamento PM (NORSOP). São Paulo, 2006.

_____. **Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Diretriz nº PM2-001/91/07 - Plano de Policiamento Inteligente (PPI), São Paulo, 2007.

_____. **Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Sistema de Gestão da Polícia Militar - GESPOL. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.